



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO N.º 318, DE 2008**  
(Do Sr. Vicentinho e outros)

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art.1º Acrescente-se o Inciso IV ao art. 159 da Constituição, com a seguinte redação:

*"Art. 159.....*

*.....*

*IV – do produto da arrecadação do Imposto de Importação sobre Produtos Estrangeiros, de que trata o art. 153, Inciso I, 5% (cinco por cento) para os Municípios que hospedam Zonas Primárias aduaneiras, na forma da Lei.*

*....."*

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta Proposta de Emenda Constitucional é viabilizar a distribuição de quotas-parte da arrecadação do Imposto de Importação entre os municípios que hospedam Zonas Primárias aduaneiras, dotando-os dos recursos necessários para a manutenção da infra-estrutura dos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados.

Trata-se de medida de inteira justiça uma vez que a infra-estrutura de tais municípios é duramente castigada pelo trânsito intenso de carretas e demais veículos de transporte de cargas, gerando um ônus desproporcional e insuportável para tais entes federativos.

Ademais, o repasse de tais recursos permitirá o oferecimento de serviços aduaneiros de melhor qualidade, com melhorias nas condições da infra-estrutura física, de segurança e de combate aos ilícitos aduaneiros.

Os detalhes a respeito da implementação destes repasses deverão ser regulamentados por Lei Ordinária, ocasião em que será abordado o impacto orçamentário.

Assim, tendo em vista a relevância desta PEC para a manutenção e melhoria da infra-estrutura dos Municípios que abrigam Zonas Primárias aduaneiras, esperamos contar com o apoio de nossos Pares nesta Casa para a célere aprovação da proposta que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 2008.

### **Deputado VICENTINHO**

**Proposição:** PEC 0318/08

**Autor:** VICENTINHO E OUTROS

**Data de Apresentação:** 17/12/2008 3:40:43 PM

**Ementa:** Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Total de Assinaturas:**

Confirmadas: 186

Não Conferem: 006

Fora do Exercício: 001

Repetidas: 000

Ilegíveis: 000

Retiradas: 000

Total: 193

**Assinaturas Confirmadas**

- 1-EDUARDO LOPES (PSB-RJ)
- 2-FERNANDO FERRO (PT-PE)
- 3-FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA)
- 4-FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA)
- 5-FILIPPE PEREIRA (PSC-RJ)
- 6-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)
- 7-EVANDRO MILHOMEN (PCdoB-AP)
- 8-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)
- 9-EUGÊNIO RABELO (PP-CE)
- 10-EUDES XAVIER (PT-CE)
- 11-DR. NECHAR (PV-SP)
- 12-EDMAR MOREIRA (DEM-MG)
- 13-FERNANDO CORUJA (PPS-SC)
- 14-EDUARDO GOMES (PSDB-TO)
- 15-EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG)
- 16-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
- 17-EDIO LOPES (PMDB-RR)

18-EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA)  
19-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)  
20-EDGAR MOURY (PMDB-PE)  
21-DR. UBIALI (PSB-SP)  
22-ZEQUINHA MARINHO (PMDB-PA)  
23-ELIENE LIMA (PP-MT)  
24-HENRIQUE AFONSO (PT-AC)  
25-JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR-BA)  
26-VICENTINHO (PT-SP)  
27-JOÃO DADO (PDT-SP)  
28-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)  
29-JOÃO CARLOS BACELAR (PR-BA)  
30-JEFFERSON CAMPOS (PTB-SP)  
31-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)  
32-JAIME MARTINS (PR-MG)  
33-JACKSON BARRETO (PMDB-SE)  
34-FRANCISCO PRACIANO (PT-AM)  
35-ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC)  
36-FRANCISCO TENORIO (PMN-AL)  
37-GLADSON CAMELI (PP-AC)  
38-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)  
39-GORETE PEREIRA (PR-CE)  
40-JILMAR TATTO (PT-SP)  
41-GERALDO SIMÕES (PT-BA)  
42-GERALDO PUDIM (PMDB-RJ)  
43-GERSON PERES (PP-PA)  
44-MAGELA (PT-DF)  
45-GEORGE HILTON (PP-MG)  
46-DOMINGOS DUTRA (PT-MA)  
47-IRINY LOPES (PT-ES)  
48-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)  
49-B. SÁ (PSB-PI)  
50-ÁTILA LIRA (PSB-PI)  
51-ANDRE VARGAS (PT-PR)  
52-AUGUSTO FARIAS (PTB-AL)  
53-ASSIS DO COUTO (PT-PR)  
54-ARNON BEZERRA (PTB-CE)  
55-ARNALDO JARDIM (PPS-SP)  
56-ANTONIO BULHÕES (PMDB-SP)  
57-ANÍBAL GOMES (PMDB-CE)  
58-DR. TALMIR (PV-SP)  
59-ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)  
60-BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS)  
61-ALEX CANZIANI (PTB-PR)  
62-ALEXANDRE SILVEIRA (PPS-MG)  
63-ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA)  
64-AIRTON ROVEDA (PR-PR)  
65-AFONSO HAMM (PP-RS)  
66-AELTON FREITAS (PR-MG)  
67-ADEMIR CAMILO (PDT-MG)  
68-ADÃO PRETTO (PT-RS)  
69-ABELARDO CAMARINHA (PSB-SP)  
70-ANTÔNIO ANDRADE (PMDB-MG)  
71-CELSO RUSSOMANNO (PP-SP)

72-DILCEU SPERAFICO (PP-PR)  
73-DÉCIO LIMA (PT-SC)  
74-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)  
75-DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)  
76-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)  
77-DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB)  
78-DAGOBERTO (PDT-MS)  
79-CRISTIANO MATHEUS (PMDB-AL)  
80-CLEBER VERDE (PRB-MA)  
81-BARBOSA NETO (PDT-PR)  
82-CHICO LOPES (PCdoB-CE)  
83-BENEDITO DE LIRA (PP-AL)  
84-CELSO MALDANER (PMDB-SC)  
85-CARLITO MERSS (PT-SC)  
86-CARLOS ZARATTINI (PT-SP)  
87-CARLOS EDUARDO CADOCA (PSC-PE)  
88-CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO)  
89-CARLOS ABICALIL (PT-MT)  
90-CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP)  
91-BETINHO ROSADO (DEM-RN)  
92-BETO FARO (PT-PA)  
93-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)  
94-CHICO DA PRINCESA (PR-PR)  
95-PEDRO EUGÊNIO (PT-PE)  
96-JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP-RS)  
97-REGINALDO LOPES (PT-MG)  
98-RENATO MOLLING (PP-RS)  
99-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)  
100-POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)  
101-PINTO ITAMARATY (PSDB-MA)  
102-PEDRO FERNANDES (PTB-MA)  
103-PEDRO WILSON (PT-GO)  
104-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)  
105-RIBAMAR ALVES (PSB-MA)  
106-PEPE VARGAS (PT-RS)  
107-RICARDO BERZOINI (PT-SP)  
108-PAULO ROCHA (PT-PA)  
109-PAULO TEIXEIRA (PT-SP)  
110-PAULO PIAU (PMDB-MG)  
111-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB-CE)  
112-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE)  
113-PAULO ROBERTO (PTB-RS)  
114-OSVALDO REIS (PMDB-TO)  
115-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)  
116-JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP)  
117-NELSON GOETTEN (PR-SC)  
118-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)  
119-SÉRGIO BRITO (PDT-BA)  
120-WALDIR MARANHÃO (PP-MA)  
121-VILSON COVATTI (PP-RS)  
122-VITOR PENIDO (DEM-MG)  
123-VIGNATTI (PT-SC)  
124-VALADARES FILHO (PSB-SE)  
125-TATICO (PTB-GO)

126-TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS)  
127-SOLANGE ALMEIDA (PMDB-RJ)  
128-SÉRGIO MORAES (PTB-RS)  
129-REINALDO NOGUEIRA (PDT-SP)  
130-SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB-MA)  
131-NEUCIMAR FRAGA (PR-ES)  
132-PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA)  
133-SEVERIANO ALVES (PDT-BA)  
134-SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP)  
135-SIMÃO SESSIM (PP-RJ)  
136-SILAS CÂMARA (PSC-AM)  
137-SILVIO TORRES (PSDB-SP)  
138-SANDES JÚNIOR (PP-GO)  
139-RUBENS OTONI (PT-GO)  
140-ROGERIO LISBOA (DEM-RJ)  
141-ROBERTO SANTIAGO (PV-SP)  
142-SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO (PT-BA)  
143-LELO COIMBRA (PMDB-ES)  
144-LUIZ CARLOS BUSATO (PTB-RS)  
145-NILSON MOURÃO (PT-AC)  
146-LUCIANA GENRO (PSOL-RS)  
147-LUIZ ALBERTO (PT-BA)  
148-LUIZ COUTO (PT-PB)  
149-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)  
150-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)  
151-LINCOLN PORTELA (PR-MG)  
152-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)  
153-LEONARDO VILELA (PSDB-GO)  
154-MAINHA (DEM-PI)  
155-LÁZARO BOTELHO (PP-TO)  
156-JÚLIO DELGADO (PSB-MG)  
157-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)  
158-JUVENIL (PRTB-MG)  
159-JÔ MORAES (PCdoB-MG)  
160-JOAQUIM BELTRÃO (PMDB-AL)  
161-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)  
162-JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE)  
163-JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)  
164-LEANDRO SAMPAIO (PPS-RJ)  
165-MANATO (PDT-ES)  
166-NEILTON MULIM (PR-RJ)  
167-NELSON MEURER (PP-PR)  
168-MOISES AVELINO (PMDB-TO)  
169-NEUDO CAMPOS (PP-RR)  
170-MILTON MONTI (PR-SP)  
171-MIGUEL MARTINI (PHS-MG)  
172-MIGUEL CORRÊA (PT-MG)  
173-LUIZ BASSUMA (PT-BA)  
174-NELSON PROENÇA (PPS-RS)  
175-NELSON TRAD (PMDB-MS)  
176-MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)  
177-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)  
178-MARIA LÚCIA CARDOSO (PMDB-MG)  
179-MÁRIO HERINGER (PDT-MG)

180-MARCONDES GADELHA (PSB-PB)  
 181-MARCELO CASTRO (PMDB-PI)  
 182-MÁRCIO FRANÇA (PSB-SP)  
 183-MAURO NAZIF (PSB-RO)  
 184-MAURÍCIO TRINDADE (PR-BA)  
 185-MAURO LOPES (PMDB-MG)  
 186-MARCO MAIA (PT-RS)

**Assinaturas que Não Conferem**

1-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)  
 2-WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)  
 3-IBSEN PINHEIRO (PMDB-RS)  
 4-GUILHERME MENEZES (PT-BA)  
 5-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)  
 6-ELISMAR PRADO (PT-MG)

**Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício**

1-JUSMARI OLIVEIRA (PR-BA)

<p align="center"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
--

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

**CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

.....

**Seção III  
Dos Impostos da União**

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I - importação de produtos estrangeiros;
- II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III - renda e proventos de qualquer natureza;
- IV - produtos industrializados;
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

II - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998).

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

*\* Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:

*\* § 4º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

*\* Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

*\* Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

*\* Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do caput deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

## Seção VI

### Da Repartição das Receitas Tributárias



Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma:

*\* Inciso I, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007.*

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;

*\* Alínea d acrescida pela Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007.*

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

*\* Inciso III com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 30/06/2004.*

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos art. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

*\* § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:

*\* § único, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

I - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;

*\* Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

II - ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.

*\* Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------